Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 67ª Reunião Ordinária – 06/12/2016- 9h00min – DAE AMERICANA (ETA – Centro Educacional)
Pça Dr. Fernando Costa S/N – Bairro Cordenonsi – Americana.

Membros Presentes	
ASSEMAE	(T) Rogério Padula Santamaria
ASSEMAE	(S) Ana Cristina P. Persicano Pinto
DAE Americana	(T) Margareth Isabel Amaral
DAE Americana	(S) Leandro Gustavo Peccin
CETESB	(T) Lucia Vidor de Souza Reis
DAE STA BÁRBARA D'OESTE	(T) Claudoaldo Viana dos Santos
DAE JUNDIAÍ	(S) Maria Elisabete Mendes Lopes Botan
F.M DE RIO CLARO	(S) Luciana de Souza
GVS XX Piracicaba	(S) Luiz Ubirajara Oliveira de Barros
IPSA – RIO CLARO	(T) Adriana Fabiana Corrêa da Silva
IPSA – RIO CLARO	(S) Dejanira Franceschi de Angelis
IPSA – RIO CLARO	(S) Maria Aparecida Benedita Bortolazzo
Odebrecht Ambiental de Limeira	(S) José Gilberto Ribeiro Coelho Junior
ROTARY – RIO CLARO	(S) Dejanira de F. de Angelis
SABESP	(T) Luiz Paulo Madureira
SANASA	(T) Rogério Padula Santamaria
SANASA	(S) Ana Cristina P. Persicano Pinto
SORIDEMA	(T) Dejanira Franceschi de Angelis
SORIDEMA	(S) Raquel Eliana Metzner
SORIDEMA	(T) Harold Gordon Fowler
VISA CORDEIRÓPOLIS	(T) Vanderlei Ocimar Marangon
Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
PM DE IPEÚNA	
IAL CAMPINAS	
VISA IRACEMÁPOLIS	
UNESP/IB RIO CLARO	
IAL Rio Claro	
GVE PIRACICABA	
Membros ausentes sem justificativa	
Entidade	
DRS-PIRACICABA	
VISA Santa Gertrudes	

(T) - Titular (S) Suplente (R) Representante

CONVIDADOS

Prof. Carlos Perez	Entre Verdes
Lívia Gonçalves	Entre Verdes
GVS XX Piracicaba	Marco Batista
VISA Rio Claro	Elias Dias

1. Abertura da 67ª Reunião Ordinária: A abertura foi realizada às 9h30 min, pela Coordenadora Adriana, agradecendo a presença de todos, agradeceu aos técnicos do DAE de Americana pelo espaço para a reunião, e explicou a inversão da pauta e agradecendo o palestrante e a empresa Entre Verdes pela presença e apresentação. 2. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos representantes por correio eletrônico. 3. Apresentação sobre a "Avaliação do Programa de Educação Ambiental do Loteamento Entre Verdes, em Campinas, para análise, conforme Parecer Técnico GT-Empreendimento nº 01/2010-8 Apresentação: Entre Verdes Campinas/ Carlos Perez/Lívia Gonçalves – O Professor Carlos iniciou agradecendo o espaço para apresentação e falando sobre seu livro Febre maculosa: dinâmica da doença, hospedeiros e vetores ; A publicação é composta por quatro capítulos: I – Prevenção, Diagnóstico e Tratamento Médico da Febre Maculosa Brasileira; II – Controle do Agente Etiológico e Vetores da Febre Maculosa Brasileira; III – Biologia e Manejo de Capivaras; IV – Diretrizes para os Campi da USP. Ainda como parte do conjunto de ações promovidas pela SGA, com relação ao tema, foi publicada Portaria GR-6.474, de 12-12-2013, que dispõe sobre as diretrizes aplicáveis no combate aos problemas relacionados à tríade "Febre Maculosa-Carrapato-Capivara". O trabalho é pioneiro e constitui-se na única e mais completa referência atualizada sobre o tema. E é um trabalho da Superintendência de Gestão Ambiental (SGA) da Universidade de São Paulo (USP). Objetivos do programa de monitoramento - Realizar atividades de inspeção e monitoramento e aplicar medidas preventivas e estratégias de controle em focos de infestação; Mitigar o risco de picadas por carrapatos e contaminação da Febre Maculosa em funcionários; Estabelecer as bases quanto à segurança para os futuros

condôminos residentes; Importância dos vetores - Em reunião precedente em dezembro de 2015 foram apresentadas as bases de um protocolo que conduz ao manejo de vetores no loteamento Entre Verdes Campinas, nessa ocasião também foram apresentados dados sobre o ciclo biológico dos vetores e aspectos ligados à Bioecologia dos mesmos. Dando sequência ao protocolo, nesta ocasião foram mostrados dados relacionados a épocas de maior concentração de transmissão da Febre maculosa e foi ressaltada a necessidade da instalação de sinalização de alertas em áreas infestadas por carrapatos além de sua correlação com a sazonalidade dos diferentes estádios de desenvolvimento desse ácaro. Da mesma forma foram apontados os índices de casos de contaminação em humanos, além dos índices de letalidade no Brasil antes e depois da aparição de antibióticos. Também foi dada ênfase à importância do tratamento assertivo e prematuro da doença devido a sua rápida evolução até atingir o óbito em pacientes infectados. Foram apresentados os métodos de amostragem de carrapatos de vida livre por meio de gelo seco e panos de arrasto atendendo condicionantes do PCJ. Da mesma forma foi sugerida a importância do mapeamento do loteamento quanto a áreas vulneráveis para infestação por carrapatos como ferramenta para seu respectivo controle. Também foram apresentados os pontos mais vulneráveis visitados por usuários e a importância da implementação de medidas preventivas para mitigar o efeito de picadas por carrapatos em trabalhadores. Foram apresentadas informações sobre treinamentos oferecidos aos trabalhadores expostos a áreas infestadas por carrapatos no loteamento, como medidas preventivas para mitigar os danos que potencialmente podem causar por meio de suas picadas. Foram apresentados alguns conceitos relacionados à influência da baixa biodiversidade da fauna de vertebrados em regiões do sudeste brasileiro em comparação com regiões de alta biodiversidade e sua baixa incidência de FMB. Manejo de Vetores; foram apresentadas as bases do Plano de Manejo aplicado no Loteamento Entreverdes Campinas como sendo: 1. Mapeamento de áreas infestadas e não infestadas por *Amblyomma sp* de vida livre visando a estabelecer a relação espacial com hospedeiros primários; 2. Identificar as espécies de carrapatos do gênero *Amblyomma* que ocorrem nesse ambiente; 3. Propor um zoneamento estratégico que permita o planejamento de atividades futuras quanto ao manejo do carrapato-estrela. Considerando que as capivaras são os principais hospedeiros primários do carrapato-estrela, os aspectos acima relacionados estão relacionados com as preferencias ambientais das capivaras. Como exemplo da aplicação destes conceitos foi mostrado um estudo de caso da Obra de Travessia da Linha de Recalque passando por cima do rio Atibaia em que houve necessidade de preparar os espaços com dois meses de antecedência para receber um contingente de operários para realizar trabalhos por um período de aproximadamente quatro semanas. Nessas áreas, os funcionários além de realizarem o trabalho, descansam na hora do almoço e repousam em áreas das adjacências. Estas áreas se encontram muito infestadas por carrapatos devido ao fato de serem frequentemente transitadas por capivaras e outros animais silvestres hospedeiros do carrapato-estrela. Medidas Preventivas Dentre as medias preventivas para mitigar o risco da presença de carrapatos, foi mostrada a roçagem como um método preventivo para impedir a sobrevivência desses ácaros, mas também foram mostradas suas limitações já que neste momento ainda não há áreas gramadas em espaços vulneráveis para a presença de carrapatos. Desta maneira, as medidas preventivas praticadas nesta fase do projeto estão baseadas na inspeção e monitoramento antecipado do início de frentes de trabalho com gelo seco e pano de arrasto para carrapatos e instalação de armadilhas para amostragem de mosquitos e aplicação de medidas preventivas com ao menos dois meses antes do início de novas frentes de trabalho e monitoramento permanente nas proximidades de moradias e pontos de trabalho de funcionários. De todos os pontos amostrados são anotadas suas respectivas coordenadas geográficas que permitem a confecção de mapas conformando um histórico quanto aos pontos vulneráveis para infestação

de carrapatos do loteamento. Estas informações serão de utilidade para a associação dos moradores e servirão no futuro para integrar um modelo de gestão de áreas vulneráveis para o manejo de vetores. Algumas circunstâncias consideradas especiais, como áreas impactadas por fenômenos naturais (ex. o tornado ocorrido em meados de 2016) tem sido objeto de reavaliações com o objetivo de medir a influência desses eventos para eventual aplicação de medidas corretivas em áreas sob programa de controle de vetores. A mesma reflexão pode ser aplicada aos corredores transformados em rotas de migração ou trânsito de capivaras em linhões da Petrobras, áreas de compensação florestal dentro e fora do empreendimento, obras de engenharia como construção de escadas hidráulicas e pontos de captação de água que normalmente são frequentadas por capivaras e infestadas por carrapatos. O controle do carrapato-estrela; O Plano de Manejo do carrapato-estrela contempla como aspectos principais a sazonalidade de seus estágios e a principal época de transmissão da doença no estado de São Paulo. De acordo com a Divisão de Zoonoses de São Paulo, é entre as estações do outono e o inverno que ocorrem os maiores índices de transmissão da Febre Maculosa Brasileira no estado de São Paulo. Este período também coincide com as maiores populações de larvas e ninfas do carrapato-estrela, que ao picar o homem injetam compostos anestesiantes atenuando a dor da picada e aumentando a possibilidade de ao se fixarem, e quando infectados, transmitirem o agente etiológico da FMB. Esse período se caracteriza por apresentar baixos índices de pluviosidade permitindo maior eficácia na aplicação de produtos carrapaticidas, os quais são aplicados com o uso de equipamentos adequados às exigências de cada ambiente. Para avaliação de impactos ambientais resultante de medidas de controle dos carrapatos serão realizadas mediante a análise de amostras de resíduos no solo e na água após o período de dois anos de tratamentos consecutivos. Em termos comparativos, a infestação de áreas vizinhas não sujeitas ao programa de monitoramento e controle, indica elevada infestação de carrapatos o que sugere a importância da manutenção de atividades de monitoramento e controle de carrapatos vetores no empreendimento. Principalmente em áreas com intenso e frequente trânsito de hospedeiros do carrapato-estrela como equídeos e capivaras. Embora a Constituição Federal regulamente dispositivos para executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica, existe jurisprudência que pune proprietários de ambientes privados condenando-os a indenizar familiares e vítimas da transmissão de Febre Maculosa em humanos. De acordo com trabalhos realizados em campus da USP em Ribeirão Preto e Piracicaba, a forma mais eficiente para o controle deste agravo é através de ações de inspeção, monitoramento, ações preventivas e de controle de carrapatos. Estes métodos podem ser aplicados a áreas da região de Campinas, que apresentam elevados focos de infestação e elevado potencial de serem vetores da Febre Maculosa. Conclusões; É possível viabilizar o controle do carrapato-estrela em locais endêmicos para a Febre Maculosa, capivaras e carrapatos vetores; Em obras de grande porte em que trabalham grandes contingentes de operários, as ações devem ser planejadas com ao menos um a dois meses de antecedência para mitigar o impacto da presença desses vetores nos trabalhadores; Cuidados devem ser observados por técnico capacitado no uso dos produtos utilizados para evitar a poluição da água e do solo e para impedir seu impacto em organismos não alvo. 4. Aprovação da Ata: A ata da 66ª Reunião Ordinária da CT-SAM foi aprovada por unanimidade, sem necessidade de leitura. Após a apresentação sobre o **"Monitoramento e Controle do Carrapato Estrela"** pelo Professor Carlos Perez, da USP, o palestrante ficou à disposição para perguntas e sanar as dúvidas. Elisabete do DAE S/A Jundiaí comenta que no Rio Jundiaí existe uma população de capivaras que caminham sobre as partes concretadas (canais), mesmo sem alimentos, elas vão caminhando por estes locais que ficam embaixo das pontes. Pergunta se existe algum Programa de Monitoramento pela vigilância desses animais. Em seguida, Adriana pergunta sobre qual o produto químico utilizado pelo programa, O Professor

informou que o produto utilizado é o Lambda Cialotrina, que a aplicação do produto é realizada por funcionário treinado, nas proporções de 50 centímetros para cima e para os lados, não se aplica com vento ou chuva, e que o controle é realizado com dinâmica sazonal. Sugeriu-se solicitar um parecer da SUCEN para esclarecer o princípio ativo do produto, e se o mesmo é adequado para uso em áreas externas e para este tipo de carrapato. Foi observado que o produto não é eficiente para carrapato e que a vida útil do produto químico utilizado é de apenas 24h, necessitando de nova aplicação a cada prazo vencido. A Coordenadora Adriana comenta que esse tipo de empreendimentos são cada vez mais frequentes, e avaliando o risco referente à capivara, a situação endêmica de nossa região, pois diminuindo os espaços verdes, sem predadores naturais, com área livre, sombra, água e alimento abundante, a presença deste animal como outros que são hospedeiros primários, representam um risco a saúde humana e ambiental, esta já é uma certeza, visto o trabalho do Professor Carlos, e os dados epidemiológicos apresentados, a letalidade da doença; sugere que poderia ser colocado no relatório da CT-SAM, uma apreciação da SUCEN e da Vigilância Epidemiológica em relação ao monitoramento e controle, assim como acrescentar como recomendação da CTSAM que a área continue sendo roçada e monitorada após Licença de Operação, que se houver aplicação de produto química, esta seja realizada por profissionais de notório conhecimento sobre a operação e eficácia do produto e tipo de aplicação, com o menor risco aos recursos hídricos e outros animais, e que assim que o relatório estiver pronto, encaminha aos membros, que será redigido um ofício informando aos Comitês PCJ que a CTSAM concorda que todos os itens foram cumpridos e recomendando os itens acima para proteção da saúde humana. 5. Antes de se passar para o próximo item da pauta, a Coordenadora Adriana lembrou dos informes importantes: Eleições dos Comitês PCJ; Cartilha sobre as doenças de veiculação hídrica, Plenário dos Comitês PCJ em 16/12/2016 (PAP); agendamentos de visitas técnicas com os 3 municípios piloto do Plano de Segurança da Água PSA-PCJ): Ipeúna no dia 20/12, Cordeirópolis em 27/12 e Santa Bárbara D'Oeste no dia 03/01/2017. 6. Em seguida, teve início a discussão sobre a Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ. Salienta-se que para a discussão das contribuições deveria ser marcada uma reunião para que fossem discutidos melhor os Anexos 1º e 2º. Poderia ser sugerido um monitoramento biológico nos mesmos pontos onde a CETESB já monitora. O Professor Fowler acha que deveriam ser colocados prazos sobre o assunto. Outra pauta a ser discutida foi sobre a cartilha sobre as doenças de veiculação hídrica. Em relação ao texto, Adriana propõe rever novamente o conteúdo sobre a Política Ambiental dos Comitês PCJ e em seguida encaminhar aos participantes para uma nova avaliação, com previsão até final de janeiro de 2017, já definindo local e horário. Os tópicos discutidos para a Política de Saúde Ambiental são: a) monitoramento da qualidade da água bruta e tratada com a melhoria das informações; b) monitoramento de vetores diretamente relacionados à água que causam impacto à saúde humana, veiculação hídrica e contaminantes emergentes; c) drenagem de bacias (uso e ocupação do solo), segurança hidrológica; d) avaliação em saúde ambiental voltada aos recursos hídricos (modelo metodológico de Jundiaí); como bibliografia de apoio a Coordenadora Adriana salienta a publicação da Presidência da República: Manual de redação da Presidência da República, e que será encaminhado uma cópia a todos, para que auxilia na produção do texto da política – normas de redação de uma Portaria. 7.Encerramento: A Coordenadora da CT-SAM agradeceu a presença de todos, inclusive do palestrante Prof. Carlos, desejando a todos um ótimo Natal e um Feliz Ano Novo.

ADRIANA FABIANA CORRÊA
Coordenadora – CT-SAM